

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

LYZA MARY FERREIRA DOS REIS SILVA

**PROJETOS ESPORTIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA QUE
CONTRIBUEM PARA O PROTAGONISMO JUVENIL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA**

GOIÂNIA
2023/2

LYZA MARY FERREIRA DOS REIS SILVA

**PROJETOS ESPORTIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA QUE
CONTRIBUEM PARA O PROTAGONISMO JUVENIL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado sob a forma de Monografia II, como exigência curricular para obtenção do título de Licenciado em Educação Física pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sob a orientação da Professora Ms Maria Zita Ferreira.

GOIÂNIA
2023/2



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

ATA DE APRESENTAÇÃO PÚBLICA DE TCC

Aos **15** dias do mês de dezembro de 2023, em sessão pública na sala **210** do bloco "S" do Campus 2 na PUC Goiás, na presença da Banca Examinadora composta pelos professores:

Orientador(a): **MARIA ZITA FERREIRA**

Parecerista: **THIAGO CAMARGO IWAMOTO**

Convidado(a): **MARCOS PAULO DA SILVA COSTA**

o(a) aluno(a): **LYZA MARY FERREIRA DOS REIS SILVA**

apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado:

**PROJETOS ESPORTIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA QUE
CONTRIBUEM PARA O PROTAGONISMO JUVENIL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA**

como requisito curricular indispensável para a integralização do Curso de **LICENCIATURA** em Educação Física.

Após apresentação, a Banca Examinadora deliberou e decidiu pela **APROVAÇÃO** do referido trabalho.

Lavram a presente ata:

Orientador(a):

Maria Zita Ferreira

Parecerista:

Thiago C. Camargo

Convidado(a):

Marcos Paulo da Silva Costa

FOLHA DE APROVAÇÃO

PROJETOS ESPORTIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA QUE CONTRIBUEM PARA O PROTAGONISMO JUVENIL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA

Aprovada em: __ / __ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Profª Ms. Maria Zita Ferreira (Orientadora)
Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os que estiveram comigo ao longo dessa caminhada e a todos aqueles que experimentam do descaso com as crianças e adolescentes em nossa capital.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus por ter me sustentado até aqui, só ele sabe o quanto foi árdua essa caminhada.

Agradeço à minha orientadora, Maria Zita Ferreira, que me apoiou durante todo o processo de elaboração desta monografia. Obrigada por tudo.

Agradeço a todos os professores que tive no decorrer do curso que, de forma significativa, fizeram grande diferença em minha formação profissional e pessoal.

“Não treine uma criança para aprender pela força ou aspereza; mas direcione-os a isso por meio do que os diverte, de modo que você possa ser mais capaz de descobrir com precisão a tendência peculiar do gênio de cada um”.

(Platão)

RESUMO

O tema sobre projetos esportivos da Prefeitura Municipal de Goiânia que contribuem para o protagonismo juvenil de crianças e adolescentes em situação de rua tem a finalidade de apresentar como ocorrem, na prática, as modalidades esportivas e principalmente discorrer sobre o objetivo desse projeto que alcança diversas crianças e adolescentes que vivem à margem de possibilidades de atividades esportivas. Nesse sentido, a metodologia desta produção consiste em uma pesquisa documental do projeto esportivo da Prefeitura de Goiânia, em que foi possível verificar a organização do projeto em questão. Para tanto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica para o embasamento teórico que discorre sobre a importância das atividades esportivas em programas como os projetos esportivos da Prefeitura de Goiânia. Conclui-se que a falta de projetos consistentes ou a inconstância de projetos já existentes na prefeitura pode, de fato, contribuir para a ociosidade e a constância de crianças em situação de vulnerabilidade social. Isso ocorre por diversas razões: falta de oportunidades, continuidade e estabilidade. Isso pode incluir habilidades acadêmicas, sociais, emocionais e práticas que são essenciais para o seu crescimento e desenvolvimento.

Palavras-chave: Sociedade. Crianças adolescentes. Políticas públicas.

ABSTRACT

The theme about sports projects of the municipal government of Goiânia that contribute to the youth protagonist of children and adolescents living on the streets, has the purpose of presenting how sports modalities occur in practice and mainly to discuss the objective of this project that reaches several children and teenagers who live on the edge of possibilities for sporting activities. In this sense, the methodology of this production consists of documentary research of the sports project of the city of Goiânia, in which it was possible to verify the organization of the project in question. To this end, bibliographical research was used for the theoretical basis that discusses the importance of sporting activities in programs such as Goiânia city council's sporting projects. Conclusion: The lack of consistent projects or the inconstancy of projects already existing in the city hall can, in fact, contribute to the idleness and constancy of children in situations of social vulnerability. This occurs for several reasons: Lack of opportunities, Continuity and stability. This may include academic, social, emotional and practical skills that are essential to your growth and development.

Keywords: Society. Adolescent children. Public policies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 Aspectos do Materialismo Histórico e Dialético	12
2.2 Dados Históricos sobre a Proposta Metodológica “Coletivo de Autores”, sobre os Esportes Individuais e Esportes Coletivos.....	13
2.3 Políticas de Esporte e Lazer no Brasil	16
2.4 Alguns Aspectos Históricos do Brasil Colônia que podem Nortear a Realidade Vivenciada Atualmente de Crianças e Adolescentes	18
3 METODOLOGIA	19
4 CONCLUSÃO.....	26
REFERÊNCIAS.....	28

1 INTRODUÇÃO

Em se tratando de projetos esportivos da Prefeitura de Goiânia que contribuem para o protagonismo juvenil de crianças e adolescentes em situação de rua é pertinente a discussão acerca de atividades esportivas envolvendo crianças e adolescentes, pois são sujeitos de direitos capazes de construir socialmente os seus lugares emancipatórios numa sociedade desigual e opressiva tal qual se apresenta. A criança e o adolescente fazem parte historicamente da construção social entre as relações sociais produzidas na contradição entre capital e trabalho (Marx, 1975 *apud* Leal, 2004). “A criança e o adolescente atualmente são tidos como seres moldáveis a qualquer tipo de conduta, posto que ainda não sejam considerados sujeitos” (Leal, 2004, p. 171).

Nesse viés a presente escrita visa compreender sobre os projetos esportivos da Prefeitura Municipal de Goiânia que contribuem para o protagonismo juvenil de crianças e adolescentes em situação de rua, principalmente pelo fato de se compreender que a Educação Física pode ser trabalhada com várias modalidades, dentre elas estão as atividades esportivas. Assim, pensar em atividades esportivas e criança e adolescente remete à possibilidade de contribuição para o encaminhamento de novas perspectivas das crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que é o conjunto de leis que visa assegurar os direitos das crianças e adolescentes, define criança em seu Art. 2º como sendo a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade (Brasil, 1990).

As crianças e adolescentes sofrem diversas formas de exploração no âmbito familiar e social como um todo, seja através da violência física, sexual, psicológica, espiritual, ou pelo excesso de trabalho exercido nas ruas. Os conflitos familiares associados às violências são decisivos para que esses sujeitos troquem seu ambiente familiar pela rua. Cansados da rotina que não os beneficia em nada e que tem em seu favor, já que todo o esforço do trabalho não lhes retoma nada, se veem rompendo com a família e tendo a liberdade que a rua lhes oferece. Ou seja, o ambiente familiar, ao invés de acolher e oportunizar o pleno desenvolvimento da criança, traz transtornos à sua saúde física e mental e acaba por suscitar a evasão desses sujeitos, quando estes veem na rua um refúgio ou uma fuga da turbulência experienciada em casa.

O problema que fomenta a presente escrita é: quais as políticas públicas esportivas existentes no município de Goiânia que contribuem para o resgate de crianças e adolescentes em situação de rua?

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar os motivos que os levam a essa situação de vulnerabilidade e compreender o que de fato pode ser feito para a mudança deste cenário.

Os objetivos específicos aqui consistem: entender os programas existentes e suas metodologias utilizadas para este fim; compreender a importância do resgate e motivação oferecida a essas crianças pelos professores ou monitores existentes nos projetos que garanta a sua efetiva participação e permanência; discutir sobre os fundamentos metodológicos dos esportes fazendo uma relação com as políticas esportivas na cidade de Goiânia, para a contribuição do protagonismo juvenil de crianças e adolescentes em situação de rua.

Os objetivos mencionados partem da hipótese de que a presença de crianças e adolescentes em situação de rua está interligada às violências físicas e psicológicas promovidas por uma sociedade capitalista e excludente, onde verifica-se a questão do abandono social da infância e adolescência, inseridos em um contexto social, político, econômico e cultural de extrema complexidade.

Em nossa sociedade temos a necessidade de intervenções direcionadas diretamente às políticas sociais, sendo que as políticas de atenção à criança e ao adolescente tem o intuito de modificar essa realidade, representando outras possibilidades de promoção do protagonismo juvenil de crianças e adolescentes que vivenciam esse fato.

Justificativa Pessoal

Mediante ao que foi exposto, o presente trabalho traz como justificativa meu envolvimento no trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua, o que despertou o interesse sobre a temática: Projetos Esportivos da Prefeitura Municipal de Goiânia que contribuem para o protagonismo Juvenil de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua.

Vivenciando de perto essa situação pude notar a “inexistência” de projetos esportivos que visam atender as crianças e adolescentes em situação de rua, pois a “existência” de projetos para atender crianças e adolescentes em situação de

vulnerabilidade social, ou seja, onde há o risco de ida para rua se faz presente em várias situações como por exemplo: projetos de contra turno escolar (Projeto Segundo Tempo; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e projetos de iniciação esportiva que atendiam em algumas praças públicas de Goiânia. A necessidade parte da verificação diante do estudo de uma política que não atende, mesmo de modo precário, crianças e adolescente que já se encontram nas ruas.

Justificativa Científica

A escolha por esse tipo de pesquisa se justifica porque pretendemos examinar, à luz de teorias, as políticas públicas esportivas existentes no município de Goiânia para atendimento em estudos relacionados ao tema da pesquisa, no sentido de identificar as principais políticas públicas esportivas voltadas para esse público em especial, resgatando, dessa forma, o panorama das políticas esportivas voltadas para crianças e adolescentes em situação de rua. Buscou-se, também, averiguar sua real contribuição para a reinserção dessas crianças e adolescentes no convívio familiar e social.

Justificativa Social

A justificativa social é a colaboração para o conhecimento entre professores e estudantes de Educação Física de modo significativo para o avanço e aprimoramento dessa área no âmbito social. A colaboração promove a troca de experiências entre professores e estudantes, permitindo que ambos possam compartilhar suas vivências e perspectivas. Essa interação enriquece o entendimento sobre a temática da Educação Física no meio social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Aspectos do Materialismo Histórico e Dialético

Ao discutir questões relacionadas aos projetos esportivos que visam o protagonismo juvenil de crianças e adolescentes em situação de rua no contexto da Prefeitura Municipal de Goiânia, pode ser útil considerar alguns aspectos teóricos do materialismo histórico e dialético. Essa abordagem teórica, muitas vezes associada ao pensamento de Karl Marx, Friedrich Engels e outros filósofos, oferece uma perspectiva que pode ajudar a compreender e analisar a situação desses jovens de forma mais abrangente e crítica.

No que se refere às contradições sociais, a análise dialética se concentra nas contradições sociais existentes na sociedade. No caso das crianças e adolescentes em situação de rua, o materialismo histórico e dialético pode ajudar a identificar as contradições que levam a essa situação, como desigualdades socioeconômicas, falta de acesso a oportunidades educacionais e econômicas, e assim por diante.

O primeiro aspecto evidencia que dados históricos conceituais do materialismo histórico e dialético é uma abordagem filosófica e metodológica que se originou no século XIX, principalmente com os trabalhos de Karl Marx e Friedrich Engels, e é fundamental para a compreensão da história, da sociedade e das mudanças sociais. Esse método de pesquisa influenciou algumas áreas de conhecimento científico como a Antropologia, a Educação, a Sociologia, a Economia, a Política e a História, assim como o universo das Artes.

Esse método parte do princípio de que a realidade é material, ou seja, é composta por coisas tangíveis e objetivas. Isso contrasta com o idealismo, que coloca a mente ou as ideias no centro da realidade. Para os materialistas dialéticos, a matéria é a base da existência. A dialética é o processo de mudança e desenvolvimento através de contradições. O método materialista dialético envolve a análise das contradições e conflitos dentro de uma sociedade ou sistema. Isso pode incluir a análise das contradições entre classes sociais, as contradições entre forças produtivas e relações de produção e assim por diante.

O materialismo dialético busca entender a totalidade de um sistema ou sociedade, em vez de analisar partes isoladas. Isso significa que as interações e relações entre diferentes elementos são essenciais para a compreensão de como um sistema funciona e muda ao longo do tempo. Sendo assim, o materialismo dialético é

um método de pesquisa que se concentra na análise das contradições e conflitos na sociedade, especialmente aqueles relacionados à luta de classes. Ele enfatiza a importância da materialidade, da mudança dialética e da totalidade na compreensão da história e da sociedade.

O segundo aspecto a se considerar ao discutir projetos esportivos que visam o protagonismo juvenil de crianças e adolescentes em situação de rua em Goiânia é a compreensão dos esportes individuais e coletivos a partir de uma perspectiva histórica e conceitual, “gerando reflexões sobre a cultura corporal – no âmbito de suas matrizes pedagógicas” – esportes individuais e esportes coletivos. Isso pode fornecer informações valiosas sobre essas atividades esportivas que podem ser incorporadas em projetos para atender às necessidades específicas de crianças e adolescentes. São elas os esportes individuais e os esportes coletivos (Darido; Souza Júnior, 2007).

2.2 Dados Históricos sobre a Proposta Metodológica “Coletivo de Autores”, sobre os Esportes Individuais e Esportes Coletivos

A abordagem do Coletivo de Autores é útil para compreender os esportes coletivos e individuais como elementos essenciais da cultura corporal brasileira e internacional, pois se trata do conjunto de autores como: Carmem Lucia Soares, nascida em Mafra-SC, e onde se graduou em Educação Física; Celi Nelza Zulke Taffarel, nascida em Santa Rosa-RS, deixando eu curso de início em Ciências Exatas e se graduando em Educação Física pela Universidade Federal de Pernambuco; Elizabeth Varjal, nascida em Recife, graduada em Pedagogia na Universidade Federal do Paraná; Lino Castellani Filho, nascido em São Paulo, cidade em que concluiu sua graduação em Educação Física pela Universidade de São Paulo (USP); Micheli Ortega Escobar, nascida em Santiago-Chile, graduou-se no curso de Pedagogia em Educação Física no instituto de Educación Física, Deportes y Kinesiterapia da Universidad de Chile; Valter Brancht, nascido na cidade de Toledo-PR, ingressou em dois cursos de graduação daquele estado: Geologia e Educação Física, preferindo ser técnico em Educação física, tendo concluído o curso em 1980.

Em resumo, é possível compreender os esportes coletivos e individuais enquanto componentes da cultura corporal brasileira e internacional, propiciadores do desenvolvimento biopsicossocial, educacional e humano. Sabemos também que o esporte pode ser dividido de diversas formas: esportes de quadra e de campo;

esportes de competição e esportes de participação; esportes coletivos e esportes individuais, entre outros termos. Trabalharemos com a classificação de esportes coletivos e esportes individuais, pois é uma forma que abrange todos, sem utilizar termos sexistas, sem estimular a individualidade (quando não necessário) dos alunos, além de ser o termo mais utilizado nas escolas.

Esportes coletivos são aqueles no qual para se praticar é preciso formar uma equipe, ao contrário dos esportes individuais. Como já diz o nome, é algo coletivo, que um indivíduo depende de um ou mais colegas para realizar a prática e atingir seu objetivo, que pode ser fazer um gol, um ponto, realizar uma boa sincronia em conjunto, entre outros muitos propósitos que podem ser alcançados nas diversas modalidades dentro dos esportes coletivos. De acordo com Garganta (1998): “as modalidades esportivas coletivas (MEC) podem ser compreendidas como um duelo entre duas equipes, que disputam o terreno de jogo e se movem de forma particular, com o objetivo de ganhar, alternando-se em situações de ataque e defesa”.

Esporte individual, ao contrário do coletivo, é aquele onde o praticante depende somente dele para atingir um objetivo. No esporte coletivo a prática é feita em grupo, no esporte individual a prática é realizada sozinha.

Esse é um conteúdo muito válido para se aplicar nas aulas de educação física, apesar de não ser utilizado com tanta frequência. É uma categoria presente nos megaeventos esportivos, ou seja, durante certo período é muito televisionada e divulgada pelas mídias, o que acaba despertando o interesse em muitos cidadãos. Porém, na nossa cultura, falando especificamente no Brasil, são poucos os esportes individuais conhecidos pela maioria. No nosso país, culturalmente, os esportes coletivos são mais divulgados e praticados (Darido; Souza Júnior, 2007).

As práticas esportivas individuais e coletivas têm o potencial de promover o protagonismo social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social de diversas maneiras. Aqui estão algumas características relevantes dessas práticas que trazem para essa promoção: 1. Desenvolvimento de habilidades sociais: nos esportes coletivos, as crianças e adolescentes aprendem a trabalhar em equipe, a comunicar-se eficazmente e a resolver conflitos. Essas habilidades sociais são essenciais para o protagonismo, pois capacitam os jovens a interagirem positivamente com os outros e a participar na sociedade; 2. Empoderamento individual: as práticas esportivas individuais, como a ginástica ou a natação, permitem que os jovens desenvolvam confiança em suas habilidades pessoais e acreditem em seu potencial.

Isso é fundamental para o protagonismo, pois incentiva a autoeficácia e a iniciativa. 3. Estabelecimento de metas e superação de desafios: tanto nos esportes individuais quanto nos coletivos, os jovens são desafiados a estabelecer metas, traçar estratégias e trabalhar duro para alcançá-las. Essa mentalidade de definição de objetivos e superação é transferível para outras áreas da vida, incentivando o protagonismo. 4. Integração e pertencimento: o envolvimento em práticas esportivas, seja individual ou coletiva, promove um sentimento de pertencimento a um grupo ou comunidade. Isso pode ser especialmente importante para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, pois oferece uma rede de apoio e uma sensação de comunidade. 5. Respeito às regras e valores: os esportes têm um conjunto claro de regras e regulamentos que os participantes devem seguir. Isso ensina aos praticantes a importância de seguir regras condicionais e respeitar as normas do jogo.

Alguns pontos relacionados a esse aspecto de respeito às regras e valores se refere à ética esportiva: os esportes promovem uma ética esportiva, que inclui jogar de maneira justa, respeitar os oponentes, não trapacear e não recorrer a comportamentos antidesportivos. Esses princípios ensinam o respeito pelos outros e a importância de manter um ambiente esportivo justo e respeitoso. Há diversas possibilidades de intervenção na escola para promover o desenvolvimento dos alunos por meio da Educação Física, incluindo a promoção de esportes coletivos e individuais. Uma sugestão dessa intervenção é a diversificação das atividades esportivas: oferecer uma ampla variedade de esportes coletivos e individuais para os alunos experimentarem. Isso permite que eles escolham atividades que melhor se adaptem às suas preferências e habilidades.

Dentre todas essas discussões teóricas a educação física pode ser um marco na vida dessas crianças e adolescentes praticantes, a partir do processo ensino-aprendizado programados por projetos que venham a ser desenvolvidos na perspectiva de atividades teórico-práticas, pela cultura corporal da educação física: esportes individuais e coletivos, visando a autonomia de ação, de acordo com o contexto e as necessidades existentes de modo social ou por período, sendo que o costume de cada época influencia na formação profissional e nas suas práticas pedagógicas. Sendo assim, na Educação Física não existe uma forma exclusiva de implementar e pensar a disciplina no âmbito social, dando assim diferentes entendimentos deste componente curricular (Coletivo de Autores, 1992; Darido; Souza Júnior, 2007).

Com o passar dos anos as propostas e objetivos da Educação Física foram se transformando, assim como as crianças e adolescentes em aspectos físicos, afetivos, emocionais, cognitivos, sociais, entre outros.

Abordar as práticas corporais como características culturais liberam a importância da cultura na formação e na expressão do corpo. Isso envolve considerar como diferentes culturas influenciam e são influenciadas por atividades físicas e esportivas (Brasil, 2018).

Cada prática corporal propicia ao sujeito o acesso a uma dimensão de conhecimentos e de experiências aos quais ele não teria de outro modo. A vivência da prática é uma forma de gerar um tipo de conhecimento muito particular e insubstituível e, para que ela seja significativa, é preciso problematizar, desnaturalizar e evidenciar a multiplicidade de sentidos e significados que os grupos sociais conferem às diferentes manifestações da cultura corporal de movimento (Fávaro; Nascimento; Soriano, 2007, p. 205).

2.3 Políticas de Esporte e Lazer no Brasil

Segundo Mascarenhas (2005), o tema políticas públicas tem recebido contínuas contribuições de pesquisadores das áreas de Ciências Sociais, dentre outras. Muito se admite a existência de atenção ao estudo do tema. Há que se ressaltar que se dedicam a recortes como trabalho e economia, podendo desembocar, inclusive, para setores como saúde e educação, mas não se projeta para o esporte e lazer.

Assim, pode-se dizer que existe uma lacuna relacionada aos estudos de políticas públicas voltadas para esse setor. Tal carência refere-se ao grau de importância que as temáticas têm em relação à definição de políticas na esfera federal. Isto porque parece claro para o governo (e para os pesquisadores) que o estabelecimento de políticas para setores como trabalho e saúde são mais urgentes do que para o esporte e/ou lazer. Ao desconsiderar a necessidade de definir políticas públicas para o esporte e o lazer, o estado brasileiro acaba por adotar um planejamento setorial, que pode resultar – e isto é um pressuposto – em um conjunto de experiências não profícuas, tendo em vista o caráter de parcialidade assumido pela política. Esse debate será tangenciado no presente ensaio, tendo como intenção trazer algumas reflexões teóricas sobre o tema, por meio de uma perspectiva aproximativa entre autores das Ciências Sociais e da Educação Física.

A concepção de estado moderno como propulsor de políticas públicas, se ancora em uma base jurídica, isto é, o estado moderno, tal qual o conhecemos, é o Estado de Direito. Portanto, pode-se afirmar que a constituição do Estado moderno é o resultado da identificação positivista do Direito e do poder. Essa visão sobre o Estado é remanescente do século XIX e se pauta na noção do direito inserido em um contexto de secularização, sistematização, positivação e historicização (Lafer, 1991). Admitindo-se a influência da visão positivista sobre a concepção de Estado que perdura ainda hoje, pode-se considerar que, como Estado de direito, o Estado, investido no status de governo, tem o papel de estabelecer políticas públicas para atender às demandas sociais.

O governo, por seu turno, é entendido como “as várias formas possíveis de organização da esfera pública” (Arendt, 1989). Com isso, permanece a ideia de que o lugar da política é o lugar da esfera pública, como defende Arendt. Assim, pode-se afirmar que há a identificação do que é a política com o sentido de público, com o mundo comum, compartilhado. Contudo, a esfera pública é uma instância independente do Estado e essencial para o exercício da cidadania (Pinheiro, 2000), que consiste: “(...) na criação de espaços de luta (movimentos sociais) e na definição de instituições permanentes para a expressão política (partidos, órgãos públicos), significando necessariamente conquista e consolidação social e política” (Vieira, 1997 *apud* Godard, 1997, p. 40) e que em Arendt é vislumbrada por meio da ação e do discurso, que são considerados atos primordialmente humanos.

Existem crianças que vivem nas ruas em várias partes do mundo devido a uma série de razões complexas e tristes. Essas crianças são geralmente chamadas de "crianças em situação de rua" e suas histórias podem variar muito. Não só os conflitos familiares levam as crianças e adolescentes a viverem dessa maneira. Algumas das razões pelas quais crianças podem acabar vivendo nas ruas podem incluir também: violência e exploração; trabalho infantil; falta de acesso aos meios produtivos, econômicos, social, político e educacional; vícios e problemas de saúde mental; migração e deslocamento; abandono; pobreza extrema.

2.4 Alguns Aspectos Históricos do Brasil Colônia que podem Nortear a Realidade Vivenciada Atualmente de Crianças e Adolescentes

Temos como primeiro aspecto o acontecimento de 1871, com a promulgação da Lei do Ventre Livre, onde se evidenciou o problema das crianças e adolescentes pobres no Brasil. A lei declarava de condição livre os filhos das mulheres escravas nascidos desde a data da promulgação da lei. Entretanto, as crianças não tinham para onde ir. Muitas continuavam nas fazendas como serviçais e para outras crianças só restava a rua ou o abandono pelas famílias nas chamadas rodas dos Expostos das Santas Casas. Com a lei da abolição dos escravos em 1880, aumentou ainda mais o número de crianças e adolescentes abandonados e de famílias nas ruas pelo mesmo motivo.

No século XIX, as políticas para crianças e adolescentes eram voltadas para a institucionalização e para as relações de trabalho, com caráter higienista ideário dos primeiros anos da República. As primeiras medidas efetivas em relação à infância pobre surgem com a criação do decreto nº 1.331 de 1854 que determinava o recolhimento de crianças que vagavam pelas ruas.

O segundo aspecto levanta cronologicamente a reflexão sobre as principais leis que promovem a evolução histórica e social em torno da educação de crianças e adolescentes. Foi só em 1988 que o esporte e o lazer passaram a ser direito de todos os cidadãos brasileiros. Isso é assegurado também, praticamente, em todas as constituições estaduais e leis orgânicas de municípios brasileiros.

A Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) foi promulgada em 1993 e respaldada pela Constituição Federal, e vive em um processo de grandes mudanças. Isso abriu portas para que as ações sociais, que já trabalhavam em função das crianças e adolescentes em situação de rua, pudessem vincular-se ao esporte, potencializando, assim, os objetivos que eram zelar por esses indivíduos agora assegurados por lei constitucional.

De acordo com a Constituição Federal, em seu capítulo II - Dos direitos sociais, artigo 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa constituição (Brasil, 1988).

3 METODOLOGIA

O presente trabalho se trata de uma pesquisa bibliográfica e documental, do tipo narrativa. Segundo Fonseca (2002, p. 32): “a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”. Dessa forma, foram utilizados livros e trabalhos de conclusão de curso que abordam a temática ou se assemelham a ela. As principais fontes utilizadas foram: Coletivo de Autores (1992) e Suraya Darido e Osmar Souza Júnior (2007).

Os dados e informações necessários à pesquisa foram coletados por fonte documental. A pesquisa documental, de acordo com Mendonça (2008), é elaborada a partir de materiais que não recebem tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com o objetivo da pesquisa. Esse mesmo autor enfatiza que os documentos são considerados fontes estáveis e riquíssimas de informação, pois permitem repetidas consultas segundo diferentes pontos de vista. Representam fragmentos da realidade social e refletem a conjuntura política social em que foram produzidos. Para o presente trabalho, foram buscados artigos e informações que tratam sobre a temática, utilizando termos como “crianças e adolescentes em situação de rua”, “políticas públicas” e “projetos esportivos”.

A pesquisa se enquadra na Linha de Pesquisa intitulada “Educação Física, Práticas Pedagógicas e Sociais”, do Curso de Educação Física da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). O trabalho é de natureza qualitativa, com recorte temporal transversal, utilizando de uma revisão bibliográfica para a construção do arcabouço teórico. Nesse sentido, serão apresentados os elementos relevantes do projeto esportivo da Prefeitura Municipal de Goiânia que contribuem para o protagonismo juvenil de crianças e adolescentes, observando a atuação com os elementos/conteúdos da Educação Física.

Os documentos oficiais utilizados nesta pesquisa foram livros produzidos por autores que possuem estudos relacionados ao tema desenvolvido, um único roteiro de projeto existente na Prefeitura Municipal de Goiânia por meio da Secretaria Municipal de Educação (SME), sendo que a sua aplicação ficou sob a responsabilidade da gerência de desporto educacional e teve como resultado as falhas no atendimento.

A concepção de projetos esportivos pela Prefeitura Municipal de Goiânia envolve o planejamento, desenvolvimento e implementação de programas e iniciativas esportivas destinadas a atender às necessidades da comunidade e promover o esporte como um meio de desenvolvimento social, saúde e bem-estar. Aqui estão alguns elementos importantes a serem considerados na concepção desses projetos:

1. Identificação de Objetivos e Público-Alvo: o primeiro passo na concepção de projetos esportivos é identificar claramente os objetivos. Isso pode incluir o aumento da participação esportiva, promoção de estilos de vida saudável, desenvolvimento de talentos esportivos locais, inclusão de grupos marginalizados, entre outros. Além disso, é fundamental determinar o público-alvo, como crianças, adolescentes, adultos, idosos, atletas de elite ou pessoas com necessidades especiais;
2. A criação de programas que sejam acessíveis, inclusivos para uma ampla gama de pessoas. Isso pode envolver esportes recreativos, eventos comunitários e programas de incentivo à atividade física.

É importante analisar o projeto existente na Gerência de Desporto Educacional da Secretaria Municipal de educação.

A Secretaria Municipal de educação (SME) apresenta perante a comunidade escolar (estudantes, pais, professores e gestores) um projeto iniciado em 1980 e que, desde então, vem sofrendo algumas mudanças e adaptações, tendo em vista que naquela ocasião foram realizadas atividades de atletismo de forma competitiva. Em 1993, com a sanção de um novo decreto (lei nº7209/93), foi criada a competição esportiva olimpíadas Estudantis da Semana da Pátria (OESP), do qual determinava que a realização do evento abrangesse a área do desporto da educação e da saúde, e de responsabilidade conjunta de suas respectivas secretarias.

Até 1997 esse evento foi realizado na Rede Municipal de Ensino (RME) pelo Departamento de Educação Física e Desporto. No ano de 1999, o citado Departamento de Educação Física da SME foi extinto, passando a organização dos jogos para a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEMEL). Essa transferência de realização dos jogos modificou completamente a sua configuração, pois passaram a ser realizados de acordo com os preceitos do esporte de rendimento ligado diretamente às federações esportivas. Conseqüentemente, o aspecto pedagógico não era o foco principal da competição.

A decisão de retornar à organização pela SME, em 2001, e a inclusão de uma variedade de modalidades esportivas e atividades são desenvolvimentos importantes

na evolução do projeto. Essas mudanças refletem um retorno ao foco na educação e na diversificação das oportunidades esportivas. Um dos aspectos importantes dessas mudanças é o retorno à SME: a transferência da organização dos jogos de volta para a SME indica um esforço para alinhar o projeto com os objetivos educacionais e pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação. Isso sugere uma reintegração do esporte ao contexto escolar.

À medida que o projeto se adapta, ele provavelmente incorporaria objetivos educacionais além da competição esportiva. Isso pode incluir o desenvolvimento de habilidades, valores esportivos, educação para a saúde.

A implantação do Sistema Misto de Festivais esportivos, culturais, corporais e as Trilhas Educacionais em 2002 representa um avanço significativo na ressignificação dos jogos educacionais. Esse sistema abrange uma variedade de componentes que enriquecem a experiência educacional e esportiva dos estudantes. Um dos pontos importantes em relação à essa evolução é a Diversificação e Abrangência: a inclusão de festivais esportivos, culturais e corporais amplia a gama de atividades disponíveis para os estudantes. Além dos esportes, agora há espaço para expressões artísticas, culturais e corporais. Isso reflete uma compreensão mais ampla e holística da educação.

Existe uma falta de dados oficiais e precisos do quantitativo de criança em situação de rua no Brasil e até mesmo em algumas capitais brasileiras, onde alguns estudos foram aplicados nessa busca ativa de informações consistentes, como aponta as estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2015). Em março de 2020, a quantidade de pessoas em situação de rua no Brasil era de quase 222 mil, segundo estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2015). Em 2019, a ONG Visão Mundial informou estar em 70 mil o número dessas crianças no país. Isso diante de pesquisa aplicada em apenas algumas capitais brasileiras. Os gastos apresentados e a real contribuição com os projetos mostram um real descompasso entre a oferta e o serviço público. Principalmente diante das situações de violação de direitos frente às demandas sociais desse seguimento e suas famílias.

A escolha por esse tipo de pesquisa se faz relevante diante do fato de que pretendemos examinar as políticas públicas esportivas existentes no município de Goiânia para atendimento e em estudos relacionados ao tema da pesquisa Projetos Esportivos da Prefeitura Municipal de Goiânia que contribuem para o Protagonismo Juvenil de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, no sentido de identificar as

principais políticas públicas esportivas voltadas para esse público em especial, resgatando, dessa forma, o panorama das políticas esportivas voltadas para crianças e adolescentes em situação de rua e buscando também averiguar sua real contribuição para a reinserção dessas crianças e adolescentes no convívio familiar e social.

Conforme estudo de Neiva-Silva e Koller (2002) sobre a rua como contexto de desenvolvimento, os autores tiveram como objeto de estudo crianças e adolescentes em situação de rua. A metodologia utilizada no estudo teve cinco aspectos de observação como: vínculo com a família, atividade exercida, aparências, local onde se encontra a criança e o adolescente, a ausência de um adulto responsável junto à mesma. Diante da metodologia aplicada chegou-se à conclusão de que, devido à enorme complexidade e diversificação dessa população, não se faz possível caracterizar um único tipo e sim crianças em situação de rua e crianças de rua.

Outro estudo aponta sobre projetos e sua funcionalidade ou a real atuação proposta em seus documentos. Ribeiro (2004) apresentou a seguinte pesquisa: “Uma reflexão sobre o projeto esporte a meia noite e suas relações com a violência juvenil no Distrito Federal”, que tem como objetivo verificar se este vem realizando a proposta apresentada em seus documentos, isto é, combater a criminalidade juvenil com práticas esportivas, educativas e culturais. Foi utilizado como metodologia uma pesquisa qualitativa, utilizando questionários e entrevistas. Os resultados apontaram um grande distanciamento entre o que se apresenta como objetivo a ser alcançado. Além de suas formas de operacionaliza-lo e o que de fato é executado junto aos adolescentes do projeto. O estudo conclui que o projeto é fundamentalmente um instrumento de propaganda ideológica do Estado.

O estudo de Souza (2012) sobre “A garantia de proteção do direito da criança e do adolescente – O Conselho municipal de direito da Criança e Adolescente - CMDCA – Goiânia como instâncias de controle social, e sua real atuação dentro das políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua” teve como objetivo compreender uma nova forma de olhar para a criança e adolescente, priorizando a garantia de seus direitos através de políticas públicas.

Assim, o Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente (CMDCA) de Goiânia é um órgão público normativo, deliberativo que controla as políticas públicas voltadas para a área da criança e do adolescente. É composto por membros da sociedade civil e do poder executivo municipal. A metodologia utilizada baseou-se

na pesquisa qualitativa bibliográfica e documental, bem como na observação e participação de assembleia. Foram realizadas pesquisas para coleta de dados, informações e estudos bibliográficos em bibliotecas físicas, virtuais e estudos bibliográficos dentro da instituição, pautando-se ainda nas experiências e através de seus conselheiros e seu plano de ação. O estudo concluiu que ainda muito existe a se fazer, muito trabalho para constituir a construção e a consolidação do CMDCA – Goiânia, porém uma necessidade de maior atenção à temática criança e adolescente em situação de rua, que deve estar no topo das prioridades de um Conselho.

Outro estudo foi o de Câmara *et al.* (2008), “Aspectos da assistência prestada a crianças e adolescentes em situação de rua no município de Goiânia”, que teve como objetivo o apontamento e caracterização das instituições existentes no município de Goiânia, que prestam assistência às crianças em situação de rua. Foi utilizado como metodologia um estudo qualitativo, desenvolvido junto às instituições de atenção a crianças e adolescentes em situação de rua, valendo-se para coleta de dados a entrevista semiestruturada, observação assistemática e registro em diário de campo. Teve como resultado a constatação de que as políticas públicas goianienses de atenção à crianças e adolescentes em situação de rua buscam o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mesmo que ainda com várias limitações.

Um dos estudos mostra uma estrutura de conselhos existentes para a garantia de direitos de crianças e adolescentes, direitos estes que são garantidos na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e no Estatuto de Crianças e Adolescentes (ECA) (Brasil, 1990). Mesmo com a existência de entidades para garantia de direitos e a busca e construção de políticas públicas, algumas entidades governamentais e não governamentais vem trabalhando de maneira precária com relação a essas políticas públicas voltadas para o esporte e o atendimento de crianças e adolescentes de rua.

Os estudos aqui apresentados trazem os resultados propostos com as pesquisas: na identificação dessas crianças os avanços existentes enquanto casas de apoio e acolhimento destas crianças; conhecer de fato o que ocorre, e o porquê dessa busca pela rua e, por consequência, o envolvimento com práticas ilícitas.

Os trabalhos apresentam resultados significativos no que diz respeito aos programas propostos de atendimento para o resgate dessas crianças. Quando aplicados, apontam algumas brechas e falhas enquanto execução, pois as políticas desenvolvidas não os atendem de modo satisfatório. Os estudos apresentados,

mesmo não sendo do município de Goiânia, apontam alguma problemática na execução dos programas existentes e a inexistência de programas para atendimento a essa Problemática. Em contrapartida apresentam algumas alternativas que visam contribuir para a melhora ou mesmo a criação de propostas para execução de fato de projetos esportivos votados a esse público de crianças e adolescentes em situação de rua. Apontam que os projetos existentes, mesmo que minimamente, mostraram que em sua efetiva atuação, mesmo que de modo momentâneo, apresentou algum índice de melhora ou alcance desses adolescentes e crianças em situação de rua. A insistência na realização de ações de modo ordenado e eficaz pode ter vários resultados positivos em uma sociedade que necessita de atendimento urgente e contundente. As crianças atendidas nas ruas, sejam de onde forem, apresentam, de certa forma, um interesse por algum esporte. Quando indagados nas ruas por um educador ou professor de Educação física em um momento de encontro, apresentam os mais variados relatos de experiência e vivência com o esporte.

Quando em um momento de abordagem é proposto a essas crianças e adolescentes o contato com uma atividade esportiva, seja ela qual for, por exemplo uma brincadeira que envolva bola de futebol ou qualquer outra atividade proposta a eles, já contribuem para que se libertem da agressividade do contato, da amargura e mal humor, da abstinência da droga para o envolvimento com a brincadeira e diversão, tornando o trabalho de abordagem e até mesmo o resgate algo amigável e tranquilo.

Dessa forma, se faz relevante um estudo mais aprofundado do assunto em questão baseado na realidade goiana, visto que esse é um problema real nessa comunidade, que por estruturas sociais e econômicas locais, toma proporções quantitativas e qualitativas cada vez maiores. Atribui-se a isso o fato de termos um déficit de conhecimentos concretos sobre a realidade das crianças e adolescentes em situação de rua.

Todos os estudos apontam caminhos de construção e estruturação para se formar uma rede de proteção voltada para crianças e adolescentes em situação de rua no município de Goiânia. Apontam a necessidade de uma participação efetiva do poder público enquanto agente de execução das políticas públicas voltadas para esse público e, conseqüentemente, as suas efetivas ações enquanto propostas e apontamentos levantadas por instituições que, de maneira indireta e direta, acolhem e atendem essas crianças e adolescentes, bem como suas famílias.

A estrutura existente para atendimento das crianças e adolescentes em situação de rua, hoje, no município de Goiânia, se apresenta de maneira precária, onde apenas são atendidos casos de denúncia e a abordagem a essas crianças não tem surtido um efeito marcante e satisfatório, pois essas abordagens existentes são desenvolvidas apenas de cunho social, ou seja, via assistência social, não com um projeto social esportivo.

4 CONCLUSÃO

Diante dos estudos aqui apresentados verifica-se a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada do assunto, além da falta de projetos esportivos apresentados de fato para a contribuição dos trabalhos de enfrentamento com crianças e adolescentes em situação de rua, pois os estudos aqui citados demonstram uma necessidade de esclarecimento do assunto, e uma política que não seja de cunho meramente político, apenas para que seja uma mostra futurística e que não venha a ser aplicada de forma marcante.

A questão do abandono social da infância e adolescência insere-se em um contexto social, político, econômico e cultural extremamente complexo. Porém, em nossa sociedade temos a necessidade urgente de intervenções direcionadas diretamente às políticas sociais, sendo as políticas de atenção à criança e ao adolescente uma necessidade no intuito de modificar essa realidade, representando outra possibilidade de promoção do protagonismo juvenil para esses sujeitos que vivenciam esse fato.

No entanto, temos evidências de que as políticas de atenção à criança e adolescente em situação de rua, em nosso país, são marcadas por uma trajetória de enorme descompasso político entre discurso legal, ideologias e práticas, ações governamentais e não governamentais desarticuladas, com as mais diversas concepções sobre a questão do abandono social da infância.

Tem-se, ainda, uma infinita vulnerabilidade das mudanças políticas que inviabiliza a consolidação dos programas e o crescimento deles junto às ações que propõem realizar. Outro fator que também contribui é a escassez de recursos materiais e humanos. E como se não fosse pouco, presenciemos ainda a rivalidade entre as diferentes instituições responsáveis pela teorização e prática dessas ações sociais.

Um dos estudos mostra uma estrutura de conselhos existentes para a garantia de direitos de crianças e adolescentes, direitos esses que são garantidos na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto de Crianças e Adolescente (ECA). Mesmo com a existência de entidades para a garantia de direitos e a busca e construção de políticas públicas, algumas entidades governamentais e não governamentais vem trabalhando de maneira precária com relação a essas políticas públicas voltadas para o esporte e o atendimento de crianças e adolescentes de rua grande Goiânia.

Dessa forma, se faz relevante o estudo mais aprofundado do assunto em questão da realidade goianiense, visto ser este um problema real nessa comunidade, que por estruturas sociais e econômicas locais toma proporções quanti e qualitativamente cada vez maiores. Atribui-se a isso o fato de termos um déficit de conhecimentos concretos sobre a realidade das crianças e adolescentes em situação de rua, além de uma completa ausência de profissionais de Educação Física inseridos em instituições de atendimento à criança e adolescente nessas condições.

A relevância do desenvolvimento deste estudo tem como base o fato de se propor uma reflexão e a construção de políticas públicas esportivas/lazer voltadas para o atendimento e a realidade de crianças e adolescentes em situação de rua, e sobre a atuação efetiva do profissional de Educação física enquanto um agente de mudança capaz de atuar na promoção da saúde e qualidade de vida dessa população específica.

É relevante a importância das instituições de atenção a crianças e adolescentes em situação de rua, não como instituições responsáveis pela resolução da questão do abandono social, mas como locais destinados à minimização dos danos causados por essa problemática. Na medida do possível, são locais que têm a responsabilidade de atuarem de forma preventiva dentro desse contexto, além de possuírem o papel social de reflexão coerente e multifacetada desse fenômeno social.

Por fim, a realização de novas pesquisas de campo é fundamental para ampliar o conhecimento sobre projetos esportivos voltados para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social na cidade de Goiânia, bem como em outras regiões. Uma pesquisa de campo permite uma compreensão mais aprofundada das necessidades, desafios e oportunidades específicas que essa população enfrenta em um contexto local.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, H. **Origem do totalitarismo**: antisemitismo, totalitarismo. São Paulo: companhia das letras, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília-DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: disposições constitucionais pertinentes: lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. 6. ed. Brasília: Senado Nacional, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Resolução nº 5, de 14 de junho de 2005**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, p. 128-132, 2005.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Coletânea Esporte e Lazer**: Políticas de Estado. Caderno I: Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano Brasília: Ministério do Esporte. BRASIL. Ministério do Esporte. Histórico. Brasília, DF. 2009. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/institucional/ministerio.jsp>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Bolsa atleta pódio**. 2014. Disponível em: <http://www.brasil2023.gov.br/pt-br/olimpiadas/investimentos/bolsa-atleta-podio>. Acesso em: 26 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional comum curricular**. Brasília, 2018.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: Fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BRACHT, V. **Educação física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992.

CAMARA, M. F. B.; MORAES, M. M.; MEDEIROS, M.; FERRIANI, M. G. C. Aspectos da assistência prestada à criança e adolescentes em situação de rua no município de Goiânia. **Revista Eletrônica de Enfermagem** (online), Goiânia, v. 3, n. 1, jul./dez. 2000.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992. Coleção magistério 2º grau – série formação de professor.

DARIDO, S. C.; SOUZA JÚNIOR, O. M. **Para ensinar Educação física**: possibilidades de intervenção na escola. Campinas-SP: Papyrus, 2007.

FÁVARO, P. E.; NASCIMENTO, G. Y. do; SORIANO, J. B. **O Conteúdo da Intervenção Profissional em Educação Física**: o ponto de vista de docentes de

um curso de formação profissional. *Movimento*, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 199–221, 2007. DOI: 10.22456/1982-8918.2901.

FONSECA, J. J. S. da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GARGANTA DA SILVA, J. M. O ensino dos jogos desportivos coletivos: perspectivas e tendências. *Movimento*, v. 4, n. 8, p. 19-27, 1998.

GODARD, O. (1997). A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. *In*: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas de vulnerabilidade social dos municípios brasileiros**. Brasília: Ipea, 2015.

LAFER, C. **A reconstrução dos Direitos humanos - um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MARX, K. Crítica da economia política. *In*: MARX, K. **O Capital**. Livro 1, v. 1, 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MENDONÇA, N. A. de. **Pedagogia da Humanização – A pedagogia humanista de Paulo Freire**. São Paulo: Paulus, 2008.

NEIVA, S. L.; KOLLER, S. H. A rua como contexto de desenvolvimento. *In*: LORDELO, E. R.; CARVALHO, A. M.; KOLLER, S. H. (org.). **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo; Salvador: Ed. UFBA, 2002. p. 205-230.

PINHEIRO, M. do C. M. **‘Quietinho, sentado obedecendo a professora’: a representação do corpo da criança na pré-escola**. 2000. 243 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

SOUZA, M. R. N. **A garantia e proteção da criança e do adolescente**. O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA - Goiânia como instância de controle social e sua real atuação dentro das políticas públicas para criança e adolescente em situação de rua, 2012.

ANEXO 1

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE PRODUÇÃO
ACADÊMICA**

Eu, **LYZA MARY FERREIRA DOS REIS SILVA** estudante do Curso de Educação Física, matrícula **2011.1.0049.0386-3** na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autorizo a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **PROJETOS ESPORTIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA QUE CONTRIBUEM PARA O PROTAGONISMO JUVENIL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA**, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND)•, Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT)•, outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 15 de dezembro de 2023.

Nome completo do autor: **LYZA MARY FERREIRA DOS REIS SILVA**

Assinatura do(s) autor(es): *Lyza Mary F. dos R. Silva*

Nome completo do professor-orientador: **MARIA ZITA FERREIRA**

Assinatura do professor-orientador: *Maria Zita Ferreira*

Goiânia, 15 de dezembro de 2023.